



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Migração e identidade entre trabalhadores “Rurais-Urbanos” no interior de São Paulo

Lidiane M. Maciel

E-mail: lidiani.maciel@gmail.com

**Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP**

1. A problemática

Esse texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada em São Carlos/SP entre trabalhadores migrantes moradores de dois bairros periféricos desse município. O objetivo é caracterizar as identidades desse grupo de trabalhadores e seus movimentos consonantes com a dinâmica do trabalho nas lavouras de laranja na região central do estado de São Paulo. Foram realizadas 15 entrevistas semi-estruturadas, entre junho de 2010 a março de 2011, com trabalhadores (as) migrantes rurais as quais focaram suas histórias de vida e percepção sobre suas condições de vida e de trabalho

A população em questão é composta por migrantes permanentes, pois, diferentemente do que é demonstrado na literatura sobre trabalhadores rurais do agronegócio no estado de São Paulo (SILVA, 1998; ALVES, 2008), esse habitam permanentemente os bairros de Antenor Garcia e Cidade Aracy II no município de São Carlos. Atualmente parte da população desses bairros consiste em população pendular¹, pois se assalariam nas cidades vizinhas, nas safras de laranja, café, goiaba e cana-de-açúcar.

A partir de achados de campo dessa pesquisa verifico que a população envolvida nesses trabalhos rurais tem trajetórias de vidas marcadas pelas sucessivas migrações realizadas nos últimos 30 anos. Suas localidades de origem se confundem com a própria

¹“movimentos pendulares” é habitualmente utilizada para designar os movimentos cotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo” (Stamm & Staduto, 2008, apud INE, 2003).



dinâmica das migrações, são baianos, pernambucanos e paraibanos que migraram para norte de Minas Gerais; mineiros que viveram longos períodos no Paraná, e paranaenses, mineiros, pernambucanos, baianos e paraibanos que migraram e se assalariaram no setor industrial, de comércio e serviços na cidade de São Paulo nos anos de 1960, 1970, e 1980. E também indivíduos que realizaram migrações de curta distância ao longo de suas vidas e por fim vieram para a cidade de São Carlos, atraído por redes de relacionamentos e pela possibilidade de “melhora” qualitativa nos padrões de vida.

O município de São Carlos conta com uma população de 221.936 mil habitantes, segundo dados do censo 2010². O dinamismo econômico do mesmo é resultado de uma série mudanças provocadas pelo poder público do município e pelo Proinde (Programa de Interiorização do desenvolvimento), derivado do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) que previa a desconcentração industrial de certas regiões.

As cidades incluídas nesse plano – como demonstrou Negri (1996) – realizaram fortes investimentos em infraestrutura, ampliando a malha viária, ligando-se as principais rodovias e centros urbanos, além de investir na rede de saneamento básico, pavimentação das vias públicas, e na construção de equipamentos sociais como escolas, universidades e hospitais. Esse movimento global de mudanças propiciou alocação de indústrias no interior paulista.

Atualmente o município possui duas universidades, que se destacam na produção de tecnologia e formação de trabalhadores especializados; possui um mercado de trabalho marcado pela produção industrial e pelo setor de comércio e serviço.

Os trabalhos rurais e trabalhadores – excetuando aqueles derivados da pequena agricultura familiar – são invisíveis à cidade, primeiramente porque os trabalhos são realizados em municípios vizinhos e segundo porque seus trabalhadores não circulam pela cidade com símbolos rurais – roupa da fazenda, sapatões, caneleiras, marmitas, ônibus sobre a denominação “rurais” –, esses trabalhadores ficam restrito as franjas urbanas. O centro é visto por eles como o local do comércio, do “*povo chique*”, e da possibilidade de trabalho para os filhos e netos que estão fora da colheita de laranja e que representam a possibilidade familiar de ascensão social.

² <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>



A invisibilidade também é derivada da noção da superioridade da produção tecnológica, sobre a produção rural. Diná, 52 anos, turmeira da laranja em São Carlos, migrante da Paraíba, quando questionada sobre a relação que mantém com a cidade diz o seguinte:

“O que eu sei é assim, é que aqui em São Carlos não se aceitam “rurais”, justamente porque aqui a cidade é da tecnologia. Então rurais ficam assim: uma coisa muito baixa para cidade. Só que quase tudo já foi rural, não é?”

Para entrevistada haveria uma sobreposição de um padrão de desenvolvimento por outro, pois nem sempre o rural foi “*coisa baixa*” conta-me que o próprio desenvolvimento de São Carlos derivou do rural, pois sabe, por passar cotidianamente pela porteira da sede da Fazenda Pinhal, sem nunca ter entrado no museu que lá existe que os “donos” de São Carlos eram cafeicultores.

1.1. O Campo de interesse

Os migrantes considerados nessa pesquisa encontram-se localizados na parte sudoeste da cidade. A partir dos anos 1980 abriu-se um lento gradual processo de expansão do perímetro urbano, ao sul.

O loteamento Cidade Aracy I, foi organizado a partir da venda de terrenos pela imobiliária Faixa Azul. A propaganda agressiva somada aos baixos valores dos lotes oferecidos atraiu a população recém chegada à cidade pelos fluxos migratórios para esta região e supostamente criou novos fluxos, surgidos pelas redes de informação dos migrantes e de suas famílias.

Nos anos 1990, este bairro contava com uma fraca infraestrutura urbana, ruas sem asfaltamento devido, cobertura precária de água, esgoto (na falta de uma rede de esgoto devida a presença de casa com fossa era uma constante), e energia elétrica. Até meados desta década o atendimento a saúde era realizado no Posto de Saúde do bairro mais próximo, Cruzeiro do Sul. Ainda em 1995 era inexistente a presença de escolas de ensino fundamental e médio, algumas salas de aula eram improvisadas, na única



estrutura institucional particular presente na área, o Cemitério Jardim da Paz, fundado em 1984, que atendia uma inexpressível clientela.

Nesta década também os bairros de Presidente Collor, Cidade Aracy II e Antenor Garcia, surgiram na esteira do desenvolvimento do bairro de Cidade Aracy I, loteado pela mesma imobiliária, a tática comercial de promoção das venda fora a doação de 125 metros quadrados na expectativa de venda do lote de 125 metros quadros ao lado, ao ganhador do lote.

A centralidade da construção da casa própria para o projeto de melhorar de vida para a população migrante alocada nesta região tornava os aspectos topográficos e infraestrutura local irrelevantes. A maior parte do primeiro grupo de migrantes chegados ao bairro, como demonstrado por Silva (2007), realizaram uma migração do tipo Rural – Urbana, eram massivamente paranaenses e mineiros, o que nos leva a supor que este aspectos supracitados coerente a vida urbana, não faziam parte do universo sociocultural deste migrantes.

A casa, o terreno, a horta e o precário acesso aos benefícios da cidade tornavam-se significativo no projeto de melhorar de vida. Apesar das condições precárias existentes os migrantes estavam na “Cidade” e o valor atribuído a esta era significativo.

Localmente, há pouca diferenciação quanto à nomeação dos bairros, Aracy I, Aracy II, e Presidente Collor, os mesmos são conhecidos apenas como “Aracy”. Já nos fins dos anos 1990 estes bairros, juntamente com o bairro de Antenor Garcia passaram a receber pesados investimentos em infraestrutura do governo municipal. Hoje, a região conta com escolas de ensino fundamental e médio, dois postos de saúde, a totalidade das ruas são asfaltadas e há o devido abastecimento de água e luz, bem como rede de esgoto, o que tornou o bairro menos precário que nos primeiros tempos.

Segundo estimativas da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, na região do bairro de Cidade Aracy somam-se uma população de cerca de 40 mil pessoas. Esta população se formou durante os anos 1990 e 2000, e emprega-se em diversos setores da economia local, e dentre elas no assalariamento rural, foco deste trabalho, oferecido na região.



2. Construindo elementos teóricos e empíricos para análise da relação entre migrações e trabalho rural em São Carlos-SP

Se atualmente, seguindo os dados do Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de dados do Estado de São Paulo –, nesta região a produção de cana-de-açúcar e laranja destaca-se com certa preponderância, ao lado da carne de frango, sabe-se que nem sempre foi deste modo. Esta perspectiva agrícola é fruto de um conjunto de iniciativas governamentais que a partir dos anos 1970 priorizaram essas plantações. No caso da cana-de-açúcar os incentivos oferecidos à produção de álcool, para o Programa Nacional de Álcool (Pró-álcool) foram centrais para o tipo de lavoura que se desenvolveu.

Em grande medida as lavouras de laranja e de cana-de-açúcar substituíram, parcialmente, as antigas lavouras de café, e ocuparam novos espaços para uma produção compassada com o desenvolvimento industrial.

No que toca as questões referentes ao mundo do trabalho, a substituição dos colonos por trabalhadores assalariados eventuais foi somente umas das transformações globais sofridas pela economia agrícola. “Quando desapareceram as famílias típicas de colonos, uma nova figura surgiu na cena política de São Paulo, o volante ou trabalhador assalariado eventual, que vive da agricultura, mas mora na cidade” (STOLCKE, 1986, p. 180).

O uso indiscriminado desta força de trabalho esteve ligado a questões políticas mais gerais desenroladas no bojo do cenário político nacional dos anos 1960. A institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) transformou de maneira decisiva o sistema de exploração do trabalho. “Se a lei contemplava aos trabalhadores permanentes, mas deixava sem proteção os trabalhadores eventuais, a forma encontrada de evadir à lei era a de transformar os primeiros em eventuais” (STOLCKE, 1986, p. 233). Neste sentido, surgiu a figura do “turmeiro” que arregimentava e organizava os trabalhadores para o trabalho necessário, da colheita, da limpeza do terreno, do plantio entre outras tarefas.

Neste momento, as definições de trabalhadores volantes refletiam sua condição, de trabalhadores sem patrões, sem registro e conseqüentemente sem direito. O tempo de trabalho era controlado de modo a não criação de vínculos permanentes que levassem



estes trabalhadores à reivindicação de direitos. Passados os primeiros tempos do uso indiscriminado da exploração da força de trabalho volante, a lógica racional administrativa passou a controlar a contratação destes trabalhadores, encontrando brechas legais para a exploração desta força de trabalho.

Os turmeiros continuam sendo peças importantíssimas para a viabilidade deste tipo de contratação. São eles quem formam as turmas e as transportam até o local de trabalho, bem como fiscalizam e controlam parte da produtividade de seus agenciados. Atualmente, ao passo do início da safra são responsáveis por levarem os trabalhadores nos escritórios das usinas e das fazendas diversas para a contratação.

Os contratos de trabalho, como pude verificar com pelo menos 3 trabalhadores do campo desta pesquisa são firmados sobre o amparo da 5.889/73, como trabalhadores contratados por tempo Indeterminado para colheita de citros é assegurado os direitos, a salário mínimo, jornada máxima de oito horas, descanso semanal remunerado, depósito do FGTS, e seguro desemprego. O que torna de alguma maneira um atrativo a este tipo de vínculo. Pois mesmo não estando estabelecido em contrato é conhecido por todos que a colheita terá um tempo determinado, no caso da laranja de junho à dezembro.

Mesmo os trabalhadores sendo registrados por um salário variável, a pressão pela produtividade é uma constante. No caso da laranja, o mínimo de uma diária é de 60 caixas, para o mês é de 1200 caixas, a qual é pago 0,32 centavos por unidade colhida. O imperativo da produtividade aparece tanto na fala do turmeiro, quanto de colhedores.

“A empresa pressiona por produtividade, quando percebo que alguém está com baixo rendimento eu aviso a pessoa, em minha turma evito levar pessoas que fumam, usam drogas e bebem considero que o respeito entre os colegas também é importante, se percebo que a pessoa é desrespeitadora não levo mais, agora tem turmeiro por ai que não liga, você reconhece a turmas pela cara dos sujeitos que o turmeiro leva” (João Carlos, 54 anos, turmeiro da laranja há 30 anos).

“Os turmeiros tem sim um lista daqueles que dão problemas, daqueles que pegam muito atestado, que fumam droga na roça ou rouba caixa dos colegas, ou que colhem poucas caixas no mês, mas também tem fiscal e turmeiro que roubam caixas da gente, que não



marcam direito, com esses também não adianta ir” (Rosa, 38 anos, Paraibana, colhedora há 12 anos).

A racionalização do tempo e do controle na roça de laranja é expressiva nas falas anteriores. O tempo deve ser o tempo de trabalho, os escapismos via bebida, fumo, ou conversas aleatórias devem ser minimizados, para que a produtividade se mantenha. A tensão entre os turmeiros e suas turmas se faz presentes, nas disposições corpóreas e hábitos, estes são sempre levados em considerações seja na contratação ou no trabalho diário.

É conhecida também a existência de uma quantidade expressiva de trabalhadores não registrados que atuam nas safras do estado de São Paulo. Quantificá-lo é quase impossível, já que por trabalharem por diária/produção entendem que este trabalho é somente um modo de “se virarem” um “bico”, quando a situação não lhes parece favorável.

Esta condição é mais rentável que o contrato temporário, e atraem muitos jovens e mulheres para a colheita da laranja, por exemplo. Estes trabalhadores contratados por tarefas circulam entre diversas culturas, sendo o salário pago por empreita ou tarefa. “É um salário que reforça as diferenças de habilidades, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade.” (SILVA, 1998, p. 86)

A possibilidade de superação das metas e incrementos salariais move estes trabalhadores a intensificarem seu ritmo até a exaustão (ALVES, 2008; SILVA, 2007, SCOPINHO, 2008) e são inúmeros os casos dos roubos realizados pelas usinas, no caso da cana ou dos turmeiros e fiscais no caso da colheita laranja, que estabelecem mais tensão ao ambiente de trabalho.

Estes trabalhadores e trabalhadoras eventuais possuem trajetórias de vida marcada pela migração realizada por suas famílias nas décadas de 1960, 1979 e 1980. Para muitas dessas famílias a migração fora ocasionada pela poucas oportunidades econômicas oferecidas em seus locais origem e pelas redes sociais de relacionamento



que apontam novas possibilidades de existência econômicas e culturais para além das localidades de origem.

Nos anos 1960, Singer (1980) explicava os fluxos migratórios sob a luz de dois fatores: o primeiro deles ocasionado pelas mudanças que decorriam da introdução de relações capitalistas e novas tecnologias em áreas rurais, acarretando a expropriação dos camponeses que nelas viviam. O segundo fator manifestado pela pressão populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis, limitada tanto pela insuficiência física de terras como pela monopolização das mesmas por grandes proprietários. Esses fatores derivavam de transformações estruturais que modificavam as relações econômicas das regiões, e no caso brasileiro criavam desigualdades regionais.

Neste sentido “quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino” (SINGER, 1980, p.237). A origem neste caso é onde se processou transformações socioeconômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrarem.

Silva e Menezes (2007) criticam a leitura estrutural realizada por Singer (1980) sobre as migrações. A análise das autoras repousa na discussão de Oliveira (1981) sobre a crítica ao dualismo estrutural, que colocava campo e cidade em oposição.

Oliveira (1981) argumenta que a análise dual é meramente formal, pois “de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia” (p.8), para o autor quando se analisa o processo de acumulação capitalista via as relações externas o problema se transformou em oposição. Nesta visão, subdesenvolvimento é então produzido pela própria expansão do capitalismo.

Na passagem da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial, houve uma acumulação que expropriava o excedente formando pela posse transitória da terra e, em vista disto por detrás da ambigüidade, entre agricultura e indústria existia, uma “integração dialética”, pois “a agricultura cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes da força de trabalho, seja fornecendo os alimentos (...) ela tem contribuído importante na



compatibilização do processo de acumulação global da economia” (OLIVEIRA, 1981, p.21)

Há relações densas e estruturais entre os dois setores no que toca a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento. O modelo gera então um desenvolvimento desigual e combinado, que é “produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-30, que dá na existência de setores “atrasados” e “modernos”” (OLIVEIRA, 1981, p.32). Este modelo, então, propiciou a concentração da renda, de propriedade e o poder, bem como a formação de setores marginalizados, que conseqüentemente migravam.

A fim de considerar a ação dos agentes sociais na conformação das migrações, Menezes e Silva (2007) entendem: “A explicação das desigualdades regionais é relevante para entender as migrações de significativos grupos sociais da região nordeste em direção à região sudeste do Brasil. No entanto, acreditamos que há uma lacuna subjacente a essa visão, ao não incorporar o significado das migrações para os próprios agentes envolvidos nesse processo social.” (MENEZES & SILVA, 2007, p.3).

A proposta então, não é voltar às análises que centrava o processo migratório nos indivíduos, que como em Lee (1966), contrabalançavam os fatores intervenientes, e a partir de um cálculo racional lançam-se na migração, ou esfacelavam o indivíduo e o homogeneizava como parecer estar em Singer (1976), mas incorporar o agente ao jogo da estrutura.

Vale ainda dizer que os agentes sociais da migração, “os migrantes” não se autodenominam enquanto tais, mas como trabalhadores, colonos, pequenos proprietários, serventes de pedreiro, moradores, garimpeiros, enfim, como sujeitos que, para garantir a própria sobrevivência e de sua família, produzem estratégias, tanto no “lugar de origem”, como no “lugar de destino”. Eles não são agentes passivos dos fatores de “expulsão” ou “atração”, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, mas sim o de reprodução das suas condições de vida (MENEZES & SILVA, 2007, p.4)

Os migrantes, para está análise, são posicionados na estrutura histórica social como produtores de relações sociais, via suas agencias no campo social, sendo condicionados e condicionando a estrutura social, travando um jogo dialético.



Considera-se o migrante sob duas óticas: inicialmente, trata-se de um(a) trabalhador(a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, que, muitas vezes, resultam de processos de violência e expropriação. Esta situação remete à análise das condições históricas responsáveis por esses processos; em seguida, o migrante insere-se numa realidade social, definida por laços sociais (...), que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. (MENEZES & SILVA, 2007, p.5)

O desenvolvimento desta análise origina-se da incorporação por Silva e Menezes a teoria sociológica contemporânea que através dos trabalhos Elias (1990) e Bourdieu (1990) deram novos significados as noções de agência social e processo social e assim, caracterizaram brilhantemente o jogo entre sociedade e indivíduo e estrutura social e agência.

Em muitos municípios uma estrutura agrária precária ou arcaica, somada a um mercado de trabalho limitado, constituem determinantes para as migrações temporárias ou permanentes. Em muitas regiões os tradicionais arrendamentos de terras por pequenos agricultores, se tornam inviáveis dado a pressões de grandes empreendimentos pecuários, e de monoculturas (CARNEIRO; SOUSA; MARINHO, 2008; SILVA, 1998; MENEZES, 2002).

Carneiro (2008) mostram, por exemplo, como em Timbiras (MA) este processo atua como fator de expulsão de população para o corte da cana no interior de São Paulo, ou para as “pontas de ruas” em busca de melhores condições de serviços oferecidos pelo precário sistema de segurança social, neste caso a condição de miséria permanente é um determinante para migração.

Para Silva (1998) estes trabalhadores que inicialmente poderiam ser considerados como exército de reserva, sobrantes ou excluídos, são certamente “incluídos”, pois o agronegócio que se delineou nos anos 1990 e 2000, no estado de São Paulo necessita dessa mão-de-obra pouco qualificada, para que possa ao pagar o mínimo pela sua força de trabalho e ampliar as condições de sua acumulação.

A partir dos anos 1980 abriu-se um “corredor” no estado de São Paulo, em direção ao interior que passou a ser área de atração de migrantes de outros estados, principalmente dos estados do nordeste, de Minas Gerais e do Paraná. Assim: “aumentaram a participação relativa – em alguns casos absolutos – da migração



nordestina no total desse movimento externo ao Estado, como foram os casos de Caraguatatuba, Bragança Paulista, Limeira, Rio Claro, São João da Boa Vista, Ribeirão Preto, Catanduva, São Jose do Rio Preto, Votuporanga, São Carlos, Franca, São Joaquim da Barra.” (BAENINGER, 1999, p. 159).

Os saldos migratórios positivos alteram a composição da população da Região Central desse estado, pois parte da população migrada fixaram residência nas periferias das cidades que a compõem. Construindo assim novas trajetórias de existência.

No caso dos migrantes estudados, o projeto de “melhorar de vida” articula a família em toda sua extensividade e o faz explorar as possibilidades abertas. Logo, nas diferentes trajetórias: “alguns conseguem, em determinado momentos dos ciclos de vida alcançar as condições de reprodução que os definem como camponeses, enquanto outros têm suas trajetórias marcadas pelo deslocamento permanente e simultâneo entre duas formas de reprodução” (MENEZES, 2002, p.74). Ou como o campo desta pesquisa tem mostrado, a trajetória dos migrantes é marcada pela permanência precária nos locais de destino.

Porém, além de considerarmos estas migrações que parte do rural, para a sazonalidade do trabalho na cana e laranja, nos municípios da Região Central e de Ribeirão Preto, a problemática delineada nestas regiões nos anos 90 impôs a construção de novos quadros de análise das migrações, já que não podemos considerar um padrão único de deslocamentos, como em estudos anteriores.

Assim a “compreensão dos fenômenos urbanos, em especial as novas formas de mobilidade espacial da população passam por dimensões que, mesmo como reflexos de reestruturações na economia, compõem um novo mosaico das interações sociais” (BAENINGER, 2005, p.86).

Esse mosaico da qual fala a autora, desafia as interpretações e metodologias utilizadas nessa pesquisa. As trajetórias migratórias encontradas no campo de estudo desse trabalho não conjugam apenas um tipo de modalidade migratória. Assim mapear e articular essas trajetórias torna-se desafiante, pois as identidades são marcadas pelos diversos espaços as quais circulam os migrantes.

Consideramos que os deslocamentos modificam o universo simbólico dos contextos de vida; o processo não é apenas um deslocamento geográfico, mas representa



uma movimentação no universo sócio-cultural, como afirma Garcia (1988). As interações sociais desenvolvidas nesses novos espaços produzem novos significados as ações sociais e conseqüentemente modificam identidades dos indivíduos envolvidos nesse mosaico.

3. Migração e assalariamento rural nos bairros da “Grande Aracy”

A condição de trabalhador rural urbano, muitas vezes, deriva 1) da impossibilidade de inserção nas atividades do setor de serviço e industrial marcados pela produção tecnológica; 2) das condições de trabalho valorizadas nas roças de laranja em detrimento as condições dos trabalhos urbanos, e 3) da relação anterior com o campo que muitos migrantes possuem.

A impossibilidade de inserção está na baixa escolaridade desta população, que em média possuem ensino fundamental incompleto³, e na incapacidade do próprio setor, nesta cidade, de absorver economicamente sua população. Porém muitos trabalhadores e trabalhadoras quando questionado sobre qual trabalho preferem, dentre os disponíveis aos mesmos, dizem preferir os trabalhos rurais, dada as condições de trabalho.

É o caso de Cilene que há 12 anos emprega-se na safra da laranja. Em sua trajetória ocupacional os trabalhos rurais e urbanos sempre estiveram presentes, antes de emprega-se definitivamente na laranja trabalhou no corte de cana na Zona da Mata pernambucana, e de empregada doméstica na cidade de São Carlos.

“prefiro trabalhar na laranja de que empregada doméstica, pois lá, quando se está cansado você pode dormir debaixo do pé, e trabalha quando quer, o importante é manter a produtividade, mas é você quem faz seu tempo, é menos pressão, meu marido esses dias conseguiu entrar na Eletrolux, mas voltou para roça porque, já está velho, e lá ele ficava sozinho cuidando de três máquinas, na laranja é mais sossegado.”

³ dado coletado a partir da pesquisa de campo.



Durham (1984) ao analisar migrantes rurais para cidade de São Paulo esclarece que o emprego industrial nem sempre se apresentava com ideal ocupacional aos migrantes, e sim a possibilidade futura de realização do trabalho ideal, por conta própria: “vê-se, portanto, que a grande objeção contra a mudança consistia justamente nessa característica da atividade produtiva, o trabalho “com horário certo”. A regulamentação precisa do tempo simboliza, assim, a perda da autonomia que enobrece o trabalho, caracterizando-o como trabalho livre” (p.164).

Muitos dos participantes dessa pesquisa valorizam o ritmo de trabalho que dispensa a pressão da gerência e fortalece os laços de sociabilidade entre os colegas de trabalho. João Carlos, turmeiro, ao rever sua própria trajetória traça explicações para os 30 anos que se encontra na atividade rural na cidade.

“Tem ano que todos os homens que eu contrato estão em serviços na cidade, ontem mesmo um desistiu da laranja, porque arranjou um emprego de segurança, mas é comum, esses que largam a laranja no meio da safra voltarem, porque muitas vezes o serviço lá não dá certo, ou porque consideram aqui ser melhor. Eu antes de ser turmeiro, quando cheguei em São Carlos nos anos de 1975, trabalhei para os Pereiras Lopes, na CBT, mas as condições eram tão ruins, que decidir fazer a Safra, que era melhor que o trabalho nesta firma”

Por último a relação anterior com a roça também, soma-se aos dados de campo, quando os participantes são questionados sobre a inserção no trabalho rural e os porquês da preferência a este tipo de trabalho nesta cidade. Mesmo quando trabalharam anos na construção civil, indústria ou comércio.

Viver “*de roça na cidade*” é positivado, por representar um retorno às primeiras atividades no local de origem. Para muitos não é o trabalho urbano que positiva a cidade, mas a estrutura social – acesso a direitos sociais e consumo – que nela se encontra.

A contratação das turmas para o trabalho é geralmente feita por “turmeiros (as)”, muitas vezes, ex-trabalhadores rurais moradores do próprio bairro. O anúncio é feito no comércio local e por meio de carro de som, que sinaliza a contratação, ou de modo



individual, com a visita do turmeiro na casa dos trabalhadores que fizeram a safra anterior. No desenvolvimento desta pesquisa foram entrevistados um turmeiro e uma turmeira, ambos preferem contratar pessoas do próprio bairro ou das intermediações, pois para contratar em outras localidades é necessário oferecer alojamento e transporte, o que encarece a atividade.

João Carlos, diferentemente de Margarida, ambos turmeiros, conta com seu capital social para formação de sua turma de trabalho, antes do início da safra, “*bate em porta em porta*”, a seleção é feita de maneira criteriosa como demonstrado em uma de suas falas já citadas nesse texto. Como verificado em uma entrevista com uma colhedora de sua turma e em outras conversas informais, João Carlos, representa a figura do turmeiro “Justo”, exerce sobre os trabalhadores um tipo de dominação que parte dos valores morais e éticos e não de ordenamentos legais ou burocráticos.

Margarida, turmeira, 42 anos, atuando na laranja há 5 anos, é considerada por alguns trabalhadores que já fizeram safra com a mesma, como turmeira que está do lado do patrão, e por isso e pelo tempo de atuação não conseguiu criar vínculos que aumentasse seu capital social, que poderia ser utilizado para contratação e por isso, como diz em entrevista “contrata quem precisa, quem vai procurá-la”. Para avisar a população do bairro da contratação, coloca um carro de som aos sábados por duas horas, e cartazes no comércio local.

Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Carlos dos 4 mil trabalhadores sindicalizados mais de 70% destes moram na Cidade Aracy, mas é conhecido e enfatizado pelo mesmo a existência de muitos trabalhadores não sindicalizados que atuam permanentemente nas lavouras da região.

Atualmente, a Secretaria de Agricultura e abastecimento mantém uma base do restaurante popular da cidade nos bairro de Cidade Aracy I, por onde passam diariamente cerca de 560 trabalhadores rurais cadastrados para tomarem o café da manhã, oferecido gratuitamente por está secretaria.

Das 05h50min da manhã às 07h00min é possível observar grande movimentação de ônibus, com a denominação “Rurais” e vans que transportam estes trabalhadores para as fazendas, majoritariamente de laranja, cana-de-açúcar e café. A colheita da laranja e o corte da cana são realizados em diversas cidades da região de São Carlos, como



Itirapina, Ibaté, Araraquara, Brotas, Gavião Peixoto entre outras. O tempo de deslocamento, uma ou duas horas até o local de trabalho, acaba muitas vezes, prejudicando a produção e na voz de uma das entrevistadas “*gasta-se muito tempo na estrada, e pouco na roça de laranja*”

É possível verificar, quando se trata do trabalho na laranja e café, uma quantidade expressiva de mulheres nessas culturas, o recorte de gênero parece ser significativo para este tipo de trabalho, em algumas conversas informais com outros pesquisadores (as), verifiquei que há uma preferência generalizada dos homens pelo corte de cana, pela possibilidade de adquirir rendimentos mais significativos do que a laranja ou o café. As turmas formadas para a colheita do café são essencialmente formadas por mulheres, certa vez questionei uma das participantes dessa pesquisa sobre as motivações e as causas para haver mais mulheres nessa atividade do que em outras, a resposta obtidas fora que as mulheres possuem maiores habilidade manuais o que facilita a colheita.

O trabalho em parceria na laranja é bem conhecido, muitos homens vão acompanhados de suas esposas, e algumas mulheres chegam a levar filhos adolescentes, que geralmente estudando a noite. Como Irene (38 anos, paranaense, moradora do bairro de Antenor Garcia)

“Meu marido não trabalha na laranja e ele não liga de ir e levar o menino. Levo ele porque percebia que ele ficava muito desanimado em casa, pelo menos lá vejo ele animado, ganhando um dinheirinho, gosto de ir ganhar meu dinheiro ter mais autonomia, não depender somente do dinheiro do marido, que é pouco também” (Irene).

Não somente entre os colhedores de laranja, encontramos este padrão de trabalho familiar ou entre casais; entre os turmeiros este tipo de trabalho também se faz presente, tanto João Carlos quando Margarida são acompanhados por mulher e filhos. João Carlos não dirige, e é o filho encarregado de transportar a turma para as fazendas a ele destinadas, o pai almeja a continuidade do trabalho na roça através do filho. A esposa, ex-doméstica, é responsável pelo registro mais preciso da quantidade de caixas de laranja colhida por sua turma, pois João Carlos tem pouco estudo.



Já Margarida tem quatro filhos, dois meninos e duas meninas. Os filhos homens trabalham com a mesma na laranja, um dirige o ônibus e o outro ajuda-a registrar e controlar o trabalho na roça. As duas filhas mulheres, uma de 18 e outra de 24, ficam em casa e atuam no mercado urbano de serviços.

Segundo, os relatos dos turmeiros supracitados, os locais de origem de seus trabalhadores são diversos, há paranaenses, mineiros, nordestinos e paulistas. Margarida conta-me que nesta safra somente tem três nordestinos, que reconhece pelo sotaque, são migrantes de outras localidades e moradores do próprio bairro.

Consta que a inserção na “laranja”, como dizem, dá-se por um processo de empobrecimento gerado pela falta de oportunidades de outros empregos que perpassam toda a população desta região independentemente de seu local de origem, e por outras motivações como já comentado nesse artigo.

Os dados dos censos de 1990 e 2000 apontam que o local onde se originaram os principais fluxos migratórios para essa cidade eram o estado de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, e alguns estados do nordeste. Quando analisados os saldos migratórios para Região de Governo de São Carlos, visualiza que o “componente migratório foi responsável por 67,7% do crescimento absoluto da RG, apresentando um saldo migratório acima de 40 mil” (BAENINGER, 1994, p.27).

A trajetória migratória de Paulo (33 anos, nascido em Brumado-BA, morador do bairro de Cidade Aracy II), por exemplo, é marcada de diversos deslocamentos, a partir de 1986, quando seu pai “sumiu no sertão” deixando sua mãe com 7 filhos para criar .

“Antes de trabalhar em comércio eu trabalhei em vários estados, como Minas Gerais, donde herdei o sotaque “mineiro”, pois acho o mais bonito de todos que conheci, nas minhas andanças”.

A valorização de aspectos da cultura de outras localidades é presente na trajetória dos migrantes que chegam aos bairros de Cidade Aracy II e Antenor Garcia na década de 1980, 1990 e 2000. Os diversos deslocamentos ora os distanciam dos seus locais de origem, ora os aproximam. Paulo, ao mesmo tempo em que agrega elementos da identidade mineira, possui uma casa de comércio, denominada “Do norte”, onde reconstitui o espaço cultural outrora deixando.



“Aqui vendo de tudo um pouco, e o que não vendemos nós comemos e compramos outras coisas para vender, trabalho com a demanda, mas prefiro ter um pouco de tudo, doce de buriti, cana, pingas diversas, inclusive a Pitu, a mais vendida, tempero, farinha grossa e fina, feijão de fava, corda e andu, ainda tenho a parte do sacolão com fruta, abóbora, batata, tomate, gosto de coisas de diversas localidades do Piauí, Bahia, Sergipe, Pernambuco entre outros”

A identidade desse e de outros migrantes se constrói na dinâmica de seus deslocamentos, o acúmulo de referências o faz enquanto Baiano de sotaque mineiro e dono de uma “Casa do Norte” e Sacolão – denominação paulista interiorana de mercado de frutas.

Cilene (38 anos migrante do Pernambuco, colhedora de laranja), se define enquanto pernambucana trabalhadora rural em São Carlos, mesmo circulando entre as atividades laborais urbanas, como empregado doméstica, auxiliar de limpeza. A vida em Palmares-PB é positivada pelas festas e por sua gente. O retorno para visitar a família é também o reencontro com a vida anterior que a definia enquanto trabalhadora rural da cana. Voltar depois dos “lucros” auferidos na cidade modifica as relações sociais em torno desse indivíduo.

Marcinho (23 anos, Paraibano, na laranja há 5 anos), viu no assalariamento rural urbano a possibilidade de modificar sua condição de vida no local de origem. A migração representou a esse trabalhador o ritual de passagem da adolescência para vida adulta, marcando a construção de sua própria masculinidade.

Silva (2006), ao estudar redes migrantes no Cid. Aracy, considerou que a noção da própria origem indicava múltiplos deslocamentos e pertencimentos, portanto, conceituar origem como local de nascimento tornava problemático, pois.

Embora houvesse ali fluxos migratórios comuns, não se tratava de um percurso único, ou seja, não eram nordestinos em São Carlos; eram baianos que foram para o Paraná e que se diziam paraenses em São Carlos; eram nordestinos que moravam vinte anos na capital paulista; eram filhos de mineiros que foram para o Paraná, moraram anos de



sua vida no Mato Grosso e que, enfim, eram paranaenses em São Carlos. (SILVA, 2006, p. 45)

Os migrantes quando questionados sobre seus locais de origem levam em consideração um conjunto de fatores que não necessariamente se encontram atrelados ao local de nascimento. Neste campo, as representações de nordestinos, mineiros e paranaenses eram diversas e deveriam ser também consideradas.

Os nordestinos, era reconhecidos como *mal-sucedidos*, pois: “eram geralmente, os quais trabalhavam na safra de cana e da laranja, moravam nas piores ruas do bairro, tinham casas na maioria das vezes mal-acabadas; geralmente não tinham nenhum nível de instrução formal, e muitas vezes haviam morado em favelas da capital paulista antes de se mudarem para São Carlos” (SILVA, 2006, p.18). Os paranaenses estavam envolvidos em trabalhos urbanos e a identidade destes relacionava-se a uma trajetória de sucesso migratório.

Para Silva *ser paranaense* ou *ser nordestino* era uma categoria social de classificação que envolvia representações presentes no bairro que estavam para além do local de nascimento. “Mesmo migrantes não paranaenses poderiam ser apontados como paranaenses por outros que os viam incluídos no que era ser paranaenses. Da mesma forma, poderia haver nordestino que não correspondia ao que era *ser nordestino*, e poderiam se aproximar mais do que era ser paranaense” (SILVA, 2006, p.105).

O que Silva (2006), não percebeu foi que este critério de classificação dependia da situação a qual se desenrolava a relação social no bairro; o jogo das identidades é importante para convivência nesse espaço. O tempo de residência na cidade de São Carlos e em outras cidades do próprio estado de São Paulo também operava estas identidades. Nordestinos, paranaenses, mineiros e paulistas, encontram-se distribuídos nos bairros considerados conforme ordem de chegada e dada à própria expansão do bairro e o esgotamento de algumas áreas. Não estão concentrados em “guetos” como o trabalho de Silva (2006) parece indicar.

O argumento de Silva (2006), que o bairro se divide entre *os bem-sucedidos* e *os mal-sucedidos*, desqualifica a própria trajetória social e de desenvolvimento das áreas as quais estes sujeitos foram expulsos. Nesse caso, como já citado, estar na “*roça*” (e não nos *empregos urbanos*) não é sinônimo de sucesso ou fracasso.



É comum entre os trabalhadores (as) rurais da laranja uma grande circulação entre os trabalhos rurais e urbanos pouco especializados, impossibilitando assim a designação de uma identidade que se forma pelo trabalho, pois a inconstância profissional desprende-os de um compromisso formal com a atividade, são poucos os migrantes, considerados nessa pesquisas, que nunca se aventuraram pelo trabalho urbano e voltaram para o trabalho rural, ou que estabeleçam idas e vindas pelo mundo do trabalho.

A preferência pelo trabalho rural, especialmente o da colheita da laranja é dada pela “instabilidade” que o trabalho temporário oferece. Para as trajetórias migrantes encontrada no campo de interesse, o retorno aparece como elemento central nas trajetórias de vida.

Mesmo os contratos dos trabalhadores sendo firmados como de prazo “indeterminado” sabe-se que a safra é ocorre de um determinado período e que entre os meses de dezembro a maio serão dispensados para serem recontratados no mês de junho, quando a safra inicia-se novamente. Durante cerca de 5 meses esses trabalhadores realizam “bicos” na cidade, geralmente aqueles relacionados a construção civil, no caso do homens, e aqueles relacionados ao trabalho doméstico como as diárias, no caso das mulheres ou ainda atuam em outras culturas como da goiaba, do café e do eucalipto. Esses trabalhos permitem a manutenção do núcleo familiar na entre-safra.

Porém, a cada dois anos estando submetidos ao contrato por tempo indeterminando e recolhendo o FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), podem usufruir de três a quatro meses em seus lugares de origem. Uma das participantes dessa pesquisa coloca-me que caso esteja vinculados a outros tipos de trabalhos formalizados pelo contrato por tempo “indeterminado” que realmente não se sabe quando será mandado embora os migrantes só podem voltar para seus locais de origem nas “curtas férias” que vão de 20 dias a um mês, tornando a volta muito custosa, assim é preferível “voltar” a cada dois anos usufruindo do Seguro Desemprego.

Portanto, para que os trabalhadores migrantes possam realizar o retorno, tão essencial no curso de suas vidas, e somando a outros fatores expostos nesse texto que determinam essa ocupação a eles, o trabalho rural, aparece como alternativa na medida em que libera o trabalhador migrante das amarras do trabalho permanente,



possibilitando idas mais constantes – mesmo que sejam a cada dois anos, ou ano “sim” e ano “não” como dizem – a seus locais de origem, as quais ainda mantém contato.

Considerações finais

O tipo migratório rural-urbano fora essencial para entender a dinâmica da sociedade brasileira durante longos períodos, porém durante os anos 1990 e 2000, outras modalidades migratórias foram experimentadas e a verificação da migração pendular urbana-rural, apresentada nesse trabalho, expõe mais um capítulo da complexa teia migratória contemporânea.

Ao apresentar a problemática do assalariamento rural na região de São Carlos quis-se descrever os meandros do processo de contratação e de trabalho, bem como da formação da identidade desse trabalhador formado no bojo do processo migratório.

Verificou-se também que o crescimento econômico desse município atingindo pela desconcentração industrial da década de 1980 e 1990 que criou novos postos de trabalho nessa região, nem sempre, ofereceu postos de trabalho que apareciam como alternativa a precário trabalho rural.

Como demonstra Echeverria (2008) os trabalhos oferecidos pela indústria nessas cidades consolidam o processo de precarização dos trabalhos da indústria. Por isso, concluímos que a preferência pelo trabalho rural como foi apresentado no campo dessa pesquisa, aparece como alternativa e resistência a um mercado de trabalho pouco atrativo, para além da possibilidade da gestão do tempo de trabalho cá, e o tempo de descanso lá.

No processo social de reprodução das condições de vida, os migrantes, trabalhadores rurais ou trabalhadores urbanos são lançados em um “ir” e “vir” constante que os insere em outros padrões de relacionamento que moldam novas identidades alterando a maneira de manipularem os espaços sociais e de vida. As sucessivas migrações marcam definitivamente as identidades desses indivíduos.

Bibliografias



BAENINGER, Rosana A. São Paulo e suas migrações no final do século 20. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul./set. 2005.

_____, Região Administrativa Central: Região de Governo de São Carlos e Região de Governo de Araraquara. **Textos Nepo (31)**. Campinas, 1994.

CARNEIRO, Marcelo; SOUSA, Andréa; MARINHO, Karlene. Migração, estrutura agrária e redes sociais. In: ALVES, Francisco; NOVAES, José. Roberto. (Org.). **Migrante: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro**. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

ECHEVERRIA, G: **A desconcentração territorial e trabalho industrial no estado de São Paulo**. In: XVI Encontro de Jovens Investigadores. Anais, 2008.

DURHAM, Eunice. Ribeiro. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Redes e enredos **nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: _____. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, R. C. & SILVA, M. Ap. M. Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio. In: **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p. 91-106, set. 2006.

NOVAES, José. Roberto. P; ALVES, Francisco. J. C (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: Crítica a Razão dualista**. CEBRAP, 1981.

STOLCKE, Verena. **Cafecultura. Homens, mulheres e capital. (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SINGER, Paul. I. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In MOURA, H. (org.) **migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 1980.

SILVA, Virgínia F. da. **Migração e redes sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo**. – Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.

SILVA, Maria. A. de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. In: **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.3, n.2, abr./ agosto 2008



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

_____.& MENEZES, Marilda. A. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. 2007.** Disponível em: <http: www.nead.org.br>. acessado em 12/05/2010.